



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

250 anos de Porto Alegre – 200 anos da Independência do Brasil - Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I – 180 anos das Revoluções Liberais de SP e MG – 170 anos da Batalha de Monte Caseros – 110 anos do início da Guerra do Contestado – 100 anos da Semana de Arte Moderna em São Paulo – 90 anos do início da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso – 80 anos dos afundamentos de 23 navios brasileiros por submarinos alemães em diversos lugares do mundo – Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália – 20 anos da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul pelo Brasil.

ANO 2022

Julho

Nº 405

O TENENTISMO E A REVOLTA DO FORTE DE COPACABANA

José Carlos Pöppel Filho¹

1 Introdução

Transcorre no dia 5 julho de 2022 o centenário da Revolta do Forte Copacabana, também conhecida como Revolta dos Dezoito do Forte, que foi a primeira do movimento tenentista durante a República Velha. Essa revolta contribuiu para a desestabilização da ordem política existente no país, que juntamente com o desgosto popular em função da crise econômica de 1929, que provocou desemprego e dificuldades financeiras, e o assassinato do político paraibano João Pessoa culminaram na Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República (1889-1930).

O tenentismo foi um movimento político-militar de jovens oficiais brasileiros durante o período da Primeira República. Esse corpo de oficiais era composto basicamente por tenentes e capitães que estavam insatisfeitos com o sistema político brasileiro, sobretudo com as práticas do jogo político impostas, então, pelas oligarquias. A isso somavam-se descontentamentos relacionados à estrutura e condições das Forças Armadas. Essas insatisfações serão o estopim para a Revolta do Forte de Copacabana, considerada a primeira revolta do movimento tenentista.

Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) o Exército passou a ter uma atuação progressivamente destacada nos desdobramentos políticos do Brasil. Foi durante o conflito que se formou uma instituição que dali em diante estaria presente nos principais acontecimentos que modificariam as estruturas políticas do país, como a Proclamação da República em 1889.

¹ O autor é Coronel do Exército brasileiro, da Arma de Infantaria, Turma de 1976. É graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas-RS.

As mazelas da crise econômica brasileira respingaram sobre o meio político, social e ideológico da sociedade, afetando diretamente as bases que sustentavam a República Velha, pois a implantação de novos meios de produção e o avanço do sistema capitalista fomentaram transformações na estrutura de classes da sociedade brasileira.

A oligarquia rural, até então a força social mais poderosa, iniciava seu processo de epílogo e, no início da década de 1920, a situação política agravou-se, passando por etapas de oposição entre os setores sociais e políticos. As mudanças refletiram no meio social e, posteriormente, no político.

A ausência de forças sociais e políticas que pudessem fomentar o clímax revolucionário que pairava nos anseios da população, proporcionou a ascensão dos jovens oficiais do Exército, que se viam na função de “ordenar o país”. Como cita Frank McCann, “o nível de frustração no corpo de oficiais era alto, e a frustração tende a desviar a atenção do “trabalho de fato” (McCann, 2007, p. 280).

Destaca-se, nesse ponto, a visão de Boris Fausto (1970) quanto à condição e à atuação dos militares na recém-criada República, principalmente no que se refere a sua posição institucional como membros do Exército que, com a mudança de regime, passaria a intervir com mais protagonismo nas questões políticas do país.

Foi na Primeira República que movimentos de rebeldia militar da baixa hierarquia ganharam destaque, evidenciando toda a sorte de problemas sociais e políticos, sendo o mais conhecido o conjunto de manifestações e rebeliões que constituíram o movimento tenentista na década de 1920 dada sua duração e os seus reflexos mais amplos, como evidenciam a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolta Paulista (1924) e a Coluna Prestes (1924-27).

2 Desenvolvimento

2.1 A gênese do tenentismo

Após a Guerra da Tríplice Aliança, havia um grupo de militares do Exército, particularmente a jovem oficialidade, que entrou em choque com a instituição monárquica, pois o Exército era uma instituição historicamente desprezada pela elite monárquica brasileira, que se orgulhava de ter evitado o surgimento do “caudilhismo militar” no Brasil, ao contrário do que ocorria nas vizinhas repúblicas sul-americanas lideradas por chefes político-militares locais, os “caudilhos”. Essas elites prestigiavam a Guarda Nacional, formada em parte por grandes proprietários de terras como oficiais.

Esse grupo de militares do Exército defendia o princípio do recrutamento entre cidadãos livres, base dos exércitos nacionais criados ao longo do século XIX, e o princípio de promoção na carreira militar em função técnica e do mérito pessoal, o que entrava em choque com o mundo da monarquia brasileira, onde imperava a escravidão e o clientelismo, no qual, para subir na carreira militar, manter boas relações com a nobreza era mais importante do que o valor e o mérito individuais.

Realmente, não havia uma tradição caudilhesca no Exército, mas a oficialidade mais jovem, que abraçara os ideais do positivismo² e do republicanismo e era amplamente favorável à abolição, sentia que o Império, com seu sistema de privilégios na atribuição de cargos e promoções e na defesa da escravidão era um obstáculo à constituição de uma burocracia armada moderna e eficiente que os beneficiaria.

A partir da década de 1880 o Exército passou a desempenhar um papel ativo nas articulações políticas que promoveram a derrocada da monarquia. A mudança de regime ao final do século XIX significou para o Exército uma nova perspectiva em relação ao papel desempenhado pela instituição e seus membros na sociedade que se organizava com a República.

² “O positivismo é uma corrente de pensamento cujos princípios básicos foram formulados pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857). Comte considerava ser a ditadura republicana a melhor forma de governo para as condições de sua época. A ditadura republicana concebida por Comte implicava a ideia de um governo de salvação no interesse do povo. Nos meios militares brasileiros, a influência do positivismo só raramente se deu pela aceitação ortodoxa de seus princípios. A ditadura republicana assumiu a forma de defesa de um Exército forte e intervencionista, capaz de modernizar o país. O positivismo com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais continha uma fórmula de modernização conservadora do país, que era muito atraente para os militares” (FAUSTO, 1999, p. 232-233).

Para José Murilo de Carvalho (1987) havia entre os oficiais do Exército insatisfação quanto ao que consideravam limitações de seus direitos de cidadania, insatisfação esta que foi aumentando a partir dos anos de 1880 e se expressou na ideia do soldado-cidadão³. Esses militares queriam eliminar as distâncias que os separavam do mundo civil através da reivindicação da condição de plenos cidadãos, apelando ao direito de reunião e livre manifestação de opinião.

De acordo com Marcus Fernandes Marcusso (2015), o decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, promulgava o regulamento que reorganizava o ensino militar adequando-o aos novos tempos republicanos. Assinado pelo Ministro da Guerra Benjamin Constant e pelo chefe do governo provisório marechal Deodoro da Fonseca, o decreto explicitava o novo sentido do ensino militar dando destaque à condição do soldado como cidadão armado e munido de uma educação científica que o habilitasse para exercer seus deveres não apenas militares, como também sociais. Dessa forma, o soldado brasileiro estaria preparado para o aperfeiçoamento da arte da guerra sem desviá-lo dos seus deveres como cidadão.

A doutrina do soldado-cidadão era colocada em prática ao mesmo tempo em que se demonstrava preocupação com a formação profissional na instituição. De acordo com McCann (1982), nas duas primeiras décadas do século XX, a ideia de soldado-cidadão veio a ser contraposta à do soldado profissional, como um veículo para reformar o Exército, provocando uma ampliação de sua influência do poder e dos papéis da instituição.

A nova mentalidade na estrutura de formação militar, especialmente dos oficiais, apareceu já no início do século XX. Em 1904 aconteceu a revolta na Escola Militar da Praia Vermelha no contexto das agitações que tomaram conta da cidade do Rio de Janeiro, onde movimentos populares começaram a reagir frente às políticas sanitaristas, higienistas e de reurbanização, o que levou parte da população a se manifestar, sendo violentamente reprimida pelo Estado.

Em oposição à política autoritária do governo, para McCann (2009, p. 136), “Longe de ser uma rebelião quixotesca contra a vacinação compulsória, o levante de 1904 visava, nas palavras do conspirador coronel Inocêncio Serzedelo Correia, a completa renovação da nação por meio da destruição da presente ordem e da completa mudança do cenário político”, pois, na verdade, o grande alvo da rebelião era a política dos governadores e sua lógica de favorecimento político às oligarquias do centro do país. Desarticulada a revolta, a escola da Praia Vermelha foi fechada ainda em 1904.

A gestão de Hermes da Fonseca à frente do Ministério da Guerra entre 1906 e 1909 foi marcada por outras tentativas de reforma do Exército, especialmente em questões que o ministro entendia serem fundamentais para o reaparelhamento da força militar, como minimizar as precariedades da tropa, rever o tamanho do efetivo, considerado inferior em relação ao século XIX, assim como reorganizar o Estado-Maior.

Em 1908 o Congresso aprovou uma nova lei do serviço militar obrigatório destinado a fazer do Exército um corpo treinado em constante processo de crescimento e aperfeiçoamento. A vigência desta lei, porém, teve início apenas oito anos depois, influenciada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Hermes da Fonseca também buscou sintonizar o Exército brasileiro com as tendências mais modernas no plano militar internacional, estreitando relações diplomáticas com a Alemanha e enviando oficiais brasileiros para estagiar no Exército alemão. De acordo com Carvalho (2006), foram enviadas turmas em 1906, 1908 e 1910, visando absorver o espírito da organização militar alemã.

Retornando ao Brasil estes oficiais foram pejorativamente chamados de “jovens turcos” por associação aos partidários de Mustafá Kemal Atatürk, presidente da Turquia, que realizaram estágio semelhante e efetivaram reformas nas Forças Armadas turcas.

³ Esta ideologia do soldado-cidadão implicava justamente na suposição de que o soldado, “por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser um militar”.

Conforme Coelho (2000), os oficiais brasileiros enviados à Alemanha iniciaram uma intensa campanha de aperfeiçoamento profissional construindo a ideia de que a função primordial do Exército consistia na defesa externa e que isto só poderia ser feito com uma força militar profissional bem treinada e equipada, sobretudo excluída das lutas político-partidárias.

Com o Regulamento Militar de 1913, criou-se a Escola Militar do Realengo, instituição de formação de oficiais de onde saíram alguns dos principais líderes do movimento tenentista como Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora e Antônio de Siqueira Campos.

Buscava-se com a nova escola construir a formação dos oficiais de modo a aliar uma sólida formação teórica com a prática. Entretanto, velhos problemas enfrentados pela corporação desde o século XIX, como as condições precárias de infraestrutura, continuavam existindo. Situações como esta seriam exploradas por oficiais descontentes com as condições materiais do Exército tanto nos movimentos de 1924 quanto em 1925 e 1930 (COELHO, 2000).

De acordo com Daniel Aarão Reis (2014), em contraste com a Escola Militar da Praia Vermelha, superpolitizada e cidadã, a formação dos oficiais do Realengo apontava para uma perspectiva profissional.

Segundo esse autor, o próprio Luiz Carlos Prestes, que viria a ser uma das principais lideranças do tenentismo, afirmaria em várias entrevistas não se recordar sobre nenhuma discussão acerca da Revolução Russa de 1917 e nem mesmo sobre as grandes greves de 1917 e 1918 em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na esteira desse processo foi criada em 1913 a revista *A Defesa Nacional*, publicação destinada a servir como um mecanismo de difusão entre os oficiais e o Exército acerca da renovação da formação profissional dos membros das Forças Armadas (GRUNENVALDT, 2005).

Conforme McCann (2009), os “jovens turcos”, grupo que estava à frente da revista, entendia que a defesa externa era a principal função do Exército, apesar de também verificarem que a instituição não devia estar alheia à sociedade e seus desdobramentos.

Serem apolíticos, para eles, significava que os oficiais devessem manter-se fora da política partidária e de todas as outras atividades extra institucionais a fim de concentrar energias no aperfeiçoamento do Exército. Porém, havia uma cisão nas perspectivas do soldado-cidadão e do soldado profissional entre os oficiais, e foram essas concepções que nos anos de 1920 promoveram o rompimento dos militares com governos civis que sustentavam a estrutura oligárquica.

O ano de 1919 voltou a provocar mudanças na estrutura de formação dos oficiais com a implantação de um novo regulamento para a Escola Militar, fruto do impacto da Primeira Guerra Mundial, com a intenção de aprimorar pontos específicos de normativas anteriores, o documento dava mais importância às matérias que compunham o ensino prático (MARCUSO, 2015).

Neste contexto, um grupo de oficiais brasileiros assumiu as instruções de ensino militar na Escola do Realengo, ficando conhecido como “Missão Indígena”. Para Rodrigues (2010), essa denominação estava ligada a tentativa de se implantar uma missão militar formada por instrutores nacionais e com uma cultura militar própria, ainda que em muito influenciada pelos militares que estagiaram no Exército alemão.

Também em 1919, rompendo com a tradição republicana de indicar ministros militares, o presidente Epitácio Pessoa nomeou dois civis para as pastas da Marinha e da Guerra: Raul Soares e Pandiá Calógeras, o qual colocou em prática a partir de 1920 a instalação da Missão Militar Francesa, um grupo de militares franceses comandados pelo general Maurice Gamelin que tinha como objetivo o estímulo à modernização e aperfeiçoamento profissional do Exército brasileiro, incluindo reformulações nas escolas, currículos, diretrizes e regulamentos militares.

Hélio Silva (2004, p. 39), afirma que os militares não acataram de bom grado essas indicações. O descontentamento militar para com o sistema político brasileiro se ampliava.

2.2 As rebeliões tenentistas de 1922

O início da década de 1920 no Brasil foi um período marcado por um processo cada vez mais evidente em relação às contradições do sistema republicano, especialmente do ponto de vista político e econômico.

Na chamada política do café com leite – um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal – o presidente do Brasil era escolhido entre políticos de São Paulo e Minas Gerais. Porém, esse processo de escolha, juntamente com outros fatores que agravavam a situação nacional, provocou insatisfação nas camadas populares, particularmente na juventude militar, concomitante ao cenário de crise política e social que se instalava no país. O irrelevante valor do soldo e a precária situação dos armamentos do Exército será outro fator que reforçará o sentimento de mudança propagado pelos jovens oficiais.

A ausência de forças sociais e políticas que expressassem as insatisfações que pairavam na população proporcionou a ascensão desses militares que se viam na função de “ordenar o país”. Além disso, a manutenção da política dos governadores e a centralização das decisões com o comando da República concentrado e alternado apenas com representantes da região sudeste do país, além de um processo eleitoral fraudulento e excludente, fazia com que as fissuras do sistema implantado em 1889 ficassem cada vez mais evidentes.

Na visão dos militares, os equívocos cometidos pelo regime vigente, que perpassaram os diversos governos, chamaram atenção no que diz respeito à formalidade de discernimento das mazelas do meio militar. Como reforça Hélio Silva, “os problemas políticos resolviam-se em banquetes e convenções, enquanto o povo começava a desconfiar que era roubado até em sua vontade e a mocidade dos quartéis ouvia as ressonâncias da participação dos militares na política” (SILVA, 2004, p.36).

Defendiam, os militares subalternos, que o Exército tivesse um papel essencial na conjuntura do país, para o que uma tomada de consciência se tornava necessária. Nesse contexto, independente de os tenentes pertencerem às camadas médias urbanas ou ao corpo institucional do Exército, e por consequência da própria estrutura de poder da República, esse grupo contou não apenas com as motivações para se rebelar, mas também a possibilidade de empreender a rebelião, algo que não se apresentava de maneira favorável ao movimento operário ou às classes médias.

Anita Prestes (1991) entende que os “tenentes” reuniram uma série de condições específicas que permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Além de disporem das armas, estavam organizados em uma instituição de caráter nacional, estabelecendo contatos por todo o país. Tinham também um nível cultural acima da média, o que lhes facilitava assumir a liderança das massas urbanas.

2.3 O estopim para o levante tenentista

Em 1919, rompendo com o revezamento enraizado entre candidatos de São Paulo e Minas Gerais, o paraibano Epitácio Pessoa foi eleito em meio a um turbulento cenário político e social. Posteriormente, a campanha para as eleições presidenciais de 1922 foi o estopim das agitações militares que empreenderam a revolução, pois representou o momento em que as forças políticas e econômicas beneficiadas pela estrutura da distribuição do poder na Primeira República foram contestadas.

A formação da Reação Republicana⁴, em 1921, significou a tentativa de quebrar o sistema de monopólio e controle político fundamentado na política dos governadores e no coronelismo⁵. Para Anita

⁴ “Articulação formada em 1921 pelas forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, insatisfeitos com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa” (PRESTES, 1993, p.17).

⁵ “Sistema baseado no controle sobre o voto através de negociação entre esses chefes locais e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional brasileira baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).

Prestes (1993), a formação da Reação Republicana revelava a divisão ocorrida na classe dominante, ao mesmo tempo em que novos grupos sociais irrompiam no cenário nacional reivindicando a moralização dos costumes políticos e mudanças no sistema eleitoral que permitissem as oposições ingressarem no fechado circuito político das elites que governavam o país.

2.4 As cartas da discórdia

O grande estopim para o desenvolvimento de uma ferrenha oposição militar à candidatura de Artur Bernardes veio com o episódio das cartas falsas⁶ divulgadas pelo jornal *Correio da Manhã*, que mesmo depois de sendo comprovadas como inverossímeis demonstravam toda a animosidade entre membros do Exército e o governo, que pleiteava a continuidade de seu projeto oligárquico.

Em meio a convulsão política e militar que se alojara, uma “bomba de letras” foi jogada no seio da sociedade visando o caos. Irineu Machado, figura representativa do senado na época, foi responsável por intervir na conjuntura em questão, comovendo os jovens oficiais e sacudindo as instituições. Trata-se das cartas ácidas entregues por Oldemar Lacerda – cujo remetente era Artur Bernardes – que feriam a “honra do Exército”.

Posterior a isso, o *Correio da Manhã* de 9 de outubro publicou, nas duas últimas colunas da segunda página, a carta ofensiva aos brios militares (SILVA, 2004, p. 44). Sobre as cartas, Juarez Távora, um dos expoentes do tenentismo, salienta que se tratava de “uma carta duramente insultuosa à dignidade da oficialidade do Exército, e atribuída à autoria do Sr. Artur Bernardes” (TÁVORA, 1973, p. 111).

A edição esgotou-se e os debates acerca da autenticidade do documento entraram em pauta nos principais centros políticos. Os militares, “feridos em sua honra”, expressavam sua indignação através de assembleias no Clube Militar e exigiam uma investigação profunda dos fatos desencadeados.

Durante sua campanha política, Artur Bernardes foi assolado pela oposição militar. O candidato enfrentou violências verbais redigidas através da imprensa que se caracterizavam desde os apelidos pejorativos até acusações falsas mais graves. A sua negação perante o ocorrido não surtiu efeito entre os militares. Em 27 de dezembro, logo após o período de análise das cartas, o resultado concluiu que a grafia da assinatura e do texto possuíam concordância com a escrita de Artur Bernardes, dando características autênticas às cartas. Em resposta, o Clube Militar, reunido em assembleia e isentando-se de qualidades jurídicas, resolveu entregar o caso ao julgamento da nação (SILVA, 2004, p. 53).

Mesmo com o episódio das cartas e a oposição de parte dos militares, a eleição de Artur Bernardes se concretizou em março de 1922, o que não evitou que conspirações, principalmente entre os oficiais subalternos, fossem desenvolvidas para impedir a posse do escolhido.

O episódio que veio a desencadear o primeiro levante tenentista de julho de 1922 esteve diretamente relacionado às eleições em Pernambuco, onde grupos ligados a Nilo Peçanha e Artur Bernardes, que haviam se enfrentado nas eleições presidenciais, disputavam o governo do Estado.

As disputas políticas locais costumavam ser acirradas e envolviam o emprego da violência. O Exército foi acionado e o ex-presidente Hermes da Fonseca, na condição de presidente do Clube Militar, enviou telegrama solicitando que as unidades militares não tomassem partido nos conflitos, desagradando profundamente o presidente Epiácio Pessoa e o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras.

Em 2 de julho, Epiácio Pessoa determinou a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do

⁶ Esse episódio é amplamente tratado por Hélio Silva (1964). Em outubro de 1921 o jornal *O Correio da Manhã* divulgou duas cartas atribuídas ao candidato à presidência Artur Bernardes endereçadas ao senador Raul Soares. A primeira carta datada de 3 de junho de 1921 era a mais ofensiva em relação aos membros das Forças Armadas, especialmente ao marechal Hermes da Fonseca, demonstrando irritação com o jantar oferecido pelo marechal por ocasião do lançamento de sua candidatura à presidência da República. O jantar era classificado por Bernardes como uma orgia. Também se referia ao marechal como “sargento sem compostura” e que o militar precisava de uma reprimenda. Em um dos trechos lia-se: “[...] Veja se o Epiácio mostra agora a sua apregoada energia punindo severamente esses ousados, prendendo os que sahiram [sic] da disciplina e removendo para bem longe esses generaes [sic] anarchisadores [sic]. [...] A situação não admite contemporisções [sic] os que forem venaes [sic], que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões” (SILVA, 1964, p. 61).

Clube Militar por seis meses. Mesmo com o relaxamento da prisão do marechal no dia seguinte, a situação impulsionou a deflagração do primeiro grande levante liderado pelos jovens “tenentes” (SILVA, 1964).

No entanto, devido à falta de organização e vacilações na estrutura do movimento, o levante projetado para eclodir em âmbito nacional ficou limitado a três focos: no Rio de Janeiro, na Vila Militar, onde o movimento foi imediatamente sufocado; na Escola Militar do Realengo; e no Forte de Copacabana, além de tentativas de sublevação em Niterói e em Campo Grande, no Mato Grosso.

Os processos e prisões dos envolvidos nos levantes acabaram por manter e ampliar um clima de descontentamento com o governo. Artur Bernardes assumiu a presidência da República em novembro de 1922 e impôs punições aos revoltosos baseado no Código Penal em detrimento do Código de Justiça Militar. Algumas lideranças da revolta, como Siqueira Campos e Eduardo Gomes, beneficiados por habeas corpus, decidiram partir para o exílio, enquanto outros foram presos. As prisões acabaram por concentrar muitos dos envolvidos na sublevação, bem como atrair novos simpatizantes à causa, garantido assim, a continuidade das conspirações (ARAGÃO, 2012). Para Drummond (1986), a prisão foi uma escola de recrutamento do movimento tenentista.

2.5 A Revolta do Forte de Copacabana

Diante da evolução dos meios bélicos navais na passagem do século XIX para o XX, tornou-se imperioso no Brasil posicionar canhões de longo alcance que evitassem a aproximação de belonaves que pudessem ameaçar a então capital do país. O ponto escolhido foi a ponta da Igrejinha, na extremidade da praia de Copacabana, sendo a obra inaugurada como Forte de Copacabana em 28 de setembro de 1914 pelo então presidente da República marechal Hermes da Fonseca. A fortaleza representava a modernidade do poderio bélico e se localizava em um ponto estratégico da cidade. A bateria do Forte era composta por “dois canhões de 305mm, dois de 190mm e dois de 75mm, e uma bateria de projetores” (BARRETTO, 2010, p. 147-148).

Será, então, no antigo Forte da Igrejinha, atual Forte de Copacabana, que se dará a revolta, também conhecida como “Revolta dos Dezoito do Forte”⁷ (17 militares e 1 civil), que foi a primeira do movimento tenentista durante a República Velha. O levante ocorrido em 5 julho de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal na ocasião, teve como motivação buscar a queda da República Velha, cujas características oligárquicas atreladas ao latifúndio e ao poderio dos fazendeiros se opunham ao ideal democrático vislumbrado por setores das forças armadas, em especial os tenentes e capitães.

A Revolta dos Dezoito do Forte e o movimento tenentista, que eram numa primeira leitura ligados às Forças Armadas, representavam também a insatisfação de outros estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia com a divisão política existente. Para concorrer contra Bernardes foi lançada a candidatura do fluminense Nilo Peçanha.

Outro episódio que também contribuiu para a insatisfação contra Bernardes, foi a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente do Clube Militar. Detentor da máquina pública, Bernardes venceu com 56% dos votos válidos.

O descontentamento entre os militares era crescente. Diversas unidades do Rio de Janeiro se organizaram para realizar um levante no dia 5 de julho de 1922 contra o presidente em exercício Epitácio Pessoa (mais um representante da oligarquia que dominava o país) e Arthur Bernardes que assumiria o cargo em novembro.

⁷ Conforme Daniel Aarão Reis (2014) depois de iniciada a troca de tiros mais intensa sobram apenas nove. Houve oito mortos, dois oficiais (Newton Prado e Mário Carpenter), um graduado (José Pinto de Oliveira, mecânico-eletricista), um civil (Otávio Costa), e quatro soldados (Manuel Antônio dos Reis, Hildebrando da Silva Nunes e dois de nomes desconhecidos). Dois oficiais ficaram gravemente feridos, mas sobreviveram, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

O movimento estava combinado para uma hora da madrugada. [...] A cidade despertou, assustada, aos tiros do Forte de Copacabana (SILVA, 2004, p. 91). “Nessa empreitada, de acordo com Hélio Silva e Glauco Carneiro, o tiro que acordou a capital federal às 1h20 da madrugada do dia 5 de julho partiu da cúpula do canhão 190mm, onde o tenente Delso Mendes da Fonseca era comandante, liderando 32 homens. Ele foi o artilheiro responsável pelo primeiro disparo do levante, em direção à Ilha de Cotunduba, como sinal de sublevação, tendo como alvo posterior o Quartel-General do Exército onde desferiu quatro tiros. A emoção do jovem artilheiro de vinte e três anos foi tamanha que esqueceu de fechar o alçapão da torre. Com a deflagração, seu gorro voou para fora. Nunca mais o encontrou”.

O levante projetado para eclodir em âmbito nacional ficou limitado a três focos no Rio de Janeiro. No entanto, a unidade que efetivamente se sublevou foi o Forte de Copacabana liderado pelo capitão Euclides da Fonseca, filho do marechal Hermes, juntamente com Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Apesar da posição contrária à política café com leite, os militares de alta patente acabaram por não aderir ao movimento. A informação da revolta chegara até o governo, e este, devido à desconfiança, tratou de trocar os principais comandos militares da capital, entre eles o do forte. Para tanto, o capitão José da Silva Barbosa, acompanhado do general Bonifácio da Costa, foi prontamente convocado para seguir até a fortaleza com o objetivo de assumir o comando, utilizando todos os meios possíveis. No entanto, depois de uma conversa inquietante com o capitão Euclides Hermes, eles foram presos.

Com uma tonalidade romantizada, Hélio Silva narra que

“era a noite da esperança. A onda marulhava na areia. Batia na pedra, voltava. A lua sumia, enquanto a alvorada pintava de rubro a espuma leitosa. O movimento estava combinado para uma hora da madrugada. [...] A cidade despertou, assustada, aos tiros do Forte de Copacabana (SILVA, 2004, p. 91)”.

Em consequência, durante toda a manhã do dia 05, o forte sofreu bombardeio da Fortaleza de Santa Cruz, mas os 301 revolucionários (oficiais e civis) mantiveram-se firmes até que o capitão Euclides Hermes e o tenente Siqueira Campos, após mais de 24 horas de resistência, sugeriram que desistissem da luta aqueles que quisessem. Apenas 29 decidiram continuar. Para tentar uma negociação, Euclides Hermes saiu da fortaleza, mas acabou preso. Os 28 restantes continuaram resistindo.

A bandeira do forte foi então fragmentada em vinte e oito pedaços, destinados a cada militar que restara e ao capitão Euclides Hermes, que se encontrava preso. Iniciou-se, então, a polvorosa da marcha à qual se juntou o civil Octavio Corrêa, que morava em Paris e passava férias no Rio. Percorrendo a avenida Atlântica, aos gritos de “Viva o Exército, viva o marechal Hermes, vivam os defensores do Forte de Copacabana”, ouviam-se, em resposta, manifestações de apoio dos populares que os acompanhavam” (SILVA, 2004, p. 105).

Os “Voluntários da morte” buscavam um fim honroso para suas carreiras militares. Esse fim se originou no encontro entre os revoltosos e as forças legalistas: “dezoito” homens enfurecidos e cheios de coragem contra aproximadamente 3.000 soldados. Dez abandonaram o grupo durante o tiroteio. Os 18 que se mantiveram em marcha foram finalmente derrotados em frente à Rua Barroso (atual Siqueira Campos), na altura do Posto 3 de Copacabana. Apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram, sendo presos.

A seguir, um relato minucioso do ocorrido no dia do levante, de acordo com Muxfeldt; Giorgis, (2022, p. 252-260):

“O movimento foi desencadeado na madrugada de 4 para 5 de julho de 1922. Surgiu em três focos distintos – na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo (EMR) e no Forte de Copacabana. Neste último, os preparativos foram feitos com larga antecedência, destacando-se a construção de trincheiras e de redes de arame farpado, o reabastecimento dos depósitos com víveres para um mês, a retenção do pessoal

no quartel, a eletrificação de redes de proteção e a transferência de alojamentos e cozinhas para locais protegidos. Suspeitando o governo de que algo de anormal se passava na unidade, o Cmt da 1ª RM, Gen Manuel Lopes Carneiro da Fontoura determinou ao Gen Bonifácio Gomes da Costa, Cmt do 1º Distrito de Artilharia de Costa, que para ali se dirigisse e substituísse no comando o Cap Euclides Hermes da Fonseca pelo Cap José da Silva Barbosa que o acompanhava. A providência, no entanto, não logrou êxito. O Capitão Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes, Cmt do Forte, havia sido chamado ao Palácio do Governo para parlamentar, sendo substituído pelo Sub Cmt Tenente Antônio de Siqueira Campos. Antes de se dirigir ao Catete o Cap Hermes esteve na residência do pai em Botafogo quando foi detido pelo Major Marcolino Fagundes. No Catete, recebeu voz de prisão e acabou preso por quatro anos. No gabinete do Cmt do Forte, o Ten Siqueira Campos deu ordem de prisão ao Gen Bonifácio e ao Cap Barbosa, que foram mantidos presos até a manhã do dia 5. Ficou perdida a esperança de evitar o levante. O Ten Siqueira Campos, era o verdadeiro mentor da revolta. O que se via e sentia era inusitado. Havia intensa movimentação no aquartelamento. Chegavam reforços e o efetivo aumentava a cada instante. O 1º Ten Art. Eduardo Gomes acabara de se apresentar pedindo para aderir. Aproveitando a noite, chegaram 54 homens do Forte do Vigia, comandados pelo Ten Fernando Bruce. Adesões ocorriam a todo momento, com destaque para o Major Joaquim Antônio Pereira, os Capitães João Carlos Barreto, Leopoldo Nery da Fonseca Júnior, Renato Onofre Pinto Aleixo, Antônio de Souza Aguiar, os Primeiros Tenentes Silvino Bezerra Cavalcanti, Tasso de Oliveira Tinoco, Edgar de Albuquerque Maia, Henrique Cunha e José Coelho Valente e o 2º Tenente Mário Tamarindo Carpenter. À 0100 h de 05 Jul houve o primeiro disparo dos canhões do Forte, em direção à ilha de Cotunduba, logo seguido de outros contra a rocha da base do Forte do Vigia e contra o 3º RI, como protesto contra a prisão do Marechal Hermes. Outros tiros foram direcionados para o QG do EB na Praça da República, Corpo de Bombeiros, Batalhão Naval, Arsenal de Marinha e Fortaleza de Santa Cruz. A tropa do Forte de Copacabana, formada no pátio interno, dava vivas ao marechal e cantava hinos patrióticos na manhã de 5 de julho. Na Vila Militar, era madrugada quando irrompeu a revolta no quartel do 1º RI. O Ten Frederico Cristiano Buys tentou sublevar a unidade, mas foi detido pelo comandante da unidade, Cel Nestor Sezefredo dos Passos e diversos oficiais. Tombou morto, no cumprimento do dever o Cap José Barbosa Monteiro, assassinado pelos soldados por ordem de Buys, que foi preso pelo seu Cmt. Também foram presos os oficiais que chegavam de trem à estação da Vila. Talvez por desconfiança de todos contra todos, a tropa da Vila Militar permaneceu nos quartéis. Lideradas pela Escola Militar e pela Escola de Aviação, é possível que ações mais ousadas pelos integrantes destes dois estabelecimentos tivesse êxito. A Escola Militar do Realengo era, na verdade, a única força instruída, disciplinada, com valor e disposta a avançar; eram 449 alunos das quatro armas. Conforme o CPDOC/FGV, o Ten Estênio Caio de Albuquerque Lima foi quem deflagrou a revolução na EMR. Informado da situação pelo Cel João Maria Xavier de Brito Junior, comandante da Fábrica de Cartuchos de Realengo e veterano de Canudos, o Cmt da Escola, Gen Eduardo Monteiro de Barros, depois de tentar chegar à Vila Militar, optou por ficar detido na sua residência e aguardou os acontecimentos até a ocupação completa da EMR. Respondeu pela sua atitude. O Cel Xavier de Brito assumiu o comando dos revoltosos, liderados também pelos oficiais-instrutores Odílio Denys, Juarez Távora, Tristão de Alencar Araripe, Newton Cavalcanti, Olympio Falconière da Cunha, Gustavo Cordeiro de Farias e Canrobert Pereira da Costa. Este grupo, formado por 588 militares, retirou da Fábrica de Cartuchos a munição necessária. O plano dos insurgentes era dirigir-se para a Vila Militar onde assumiriam postos de comando. Iniciado o deslocamento, foram, no entanto, detidos no corte do riacho Piraquara, nas bordas da Vila Militar, por efetivos bastante superiores e iniciaram um combate desigual, não conseguindo vencer a resistência. Foi uma luta inútil que levou o Cel Brito Júnior a decidir retrair para Gericinó e depois para a Escola, afim de evitar maiores sacrifícios e baixas. Havia um morto, o Aluno Flordual Eliseu Xavier Leal e vários feridos. A ordem de retirada foi recebida com protestos pelos alunos, mas foi cumprida. Esta fase da luta foi coordenada pelo Gen Fernando Setembrino de Carvalho na Vila Militar, o qual havia assumido as funções de Ch EME em 05 jul. O Gen Olivio Gondim Uzeda, ex-aluno da EMR de 1922 e veterano da FEB, assim relatou os fatos:

Dentro de sua ideia fixa de não sacrificar os cadetes, o Cel. Xavier de Brito ordenou o retraimento da Escola para Realengo, o que se verificou na mais perfeita ordem, em forma. Ao chegarem à Escola os cadetes cuidaram do seu armamento, dos animais e das viaturas, ensarilhando - os de infantaria - suas armas, depositando sob elas suas munições e indo depois se alimentar e tomar banho. Só muito depois chegou à Escola um grupo de oficiais, comandados pelo Cap. Euclides de Figueiredo, com a missão de prender os cadetes. Ordenou a formatura e a eles disse: "Vim para conduzi-los ao caminho do dever". Retrucou o Cel. Xavier de Brito: "Esses moços acham-se trilhando o caminho da honra e da dignidade". Quase em seguida foram os cadetes conduzidos à Vila Militar em cujos regimentos foram distribuídos e submetidos às maiores humilhações e ameaças, tantas vezes partidos de simples soldados. Sem saberem porque e conservando a mesma formatura foram mandados de regresso à Escola, marchando sempre. Ao chegarem ao Realengo foram recolhidos incomunicáveis aos alojamentos e logo em seguida começaram a responder a um inquérito policial-militar.

Na sequência, a Vila Militar foi reforçada por unidades legalistas vindas de outros pontos do Rio de Janeiro, inclusive uma companhia de metralhadoras pesadas, que ocupou a Escola Militar. Na Escola de Aviação Militar, havia oficiais-pilotos-aviadores simpatizantes com a revolta. O Ministro da Guerra mandou ocupá-la na noite de 4 para 5 determinando, ainda, a prisão de vários oficiais em navios e fortalezas. Assim, os aviões permaneceram imobilizados. Dominado o foco constituído pelo Realengo e pelo Campo dos Afonsos, voltou-se o governo sobre o Forte de Copacabana, lançando mão de batalhões do Exército e da Polícia Militar, sob o comando do Coronel João Nepomuceno da Costa, enquanto os encouraçados São Paulo e Minas Gerais, hidroaviões da Marinha e fortificações da baía de Guanabara bombardeavam o forte. O canhão 305 mm do forte não chegou a funcionar por falta de pressão hidráulica no mecanismo. Por telefone, o Ministro da Guerra exigiu a rendição do forte. Dentro do quartel, sob o impacto do bombardeio adversário, foi tomada a decisão de lutar de peito aberto, até o fim. Nesta oportunidade, os prisioneiros foram libertados e os que desejassem poderiam abandonar o forte. Do total inicial de 301 revolucionários, restaram 29 homens. Siqueira Campos reuniu os companheiros, dividiu a bandeira nacional em 29 pedaços e distribuiu-os aos combatentes. O grupo saiu às 15 horas de 6 de julho ao encontro da força legal mas, logo de início, já na rua, reduziu-se a 18 mais o civil Octávio Augusto da Cunha Correia, já conhecido entre os tenentes do Forte, que resolveu se solidarizar com o grupo e recebeu um fuzil Mauser⁸. Os revolucionários rumaram para a Praça Serzedelo Correia, onde as forças governistas os esperavam. Com fuzis, pistolas ou armas brancas nas mãos os revolucionários procuraram o combate. Siqueira Campos, com a arma em posição de tiro, liderava a marcha, pacífica até a entrada da rua Barroso, que depois levaria seu nome. Com muita calma percorreram grande parte da Avenida Atlântica. Quem os visse de frente observaria que Eduardo Gomes ia sobre o passeio e que o acompanhavam, na mesma linha, Mário Carpenter, Newton Prado, Octávio Correia e o soldado Pedro Ferreira de Melo. As tropas do Batalhão de Guardas, da Marinha e da Polícia saíram da Praça Serzedelo Correia com a notícia da aproximação dos rebeldes e cruzaram a rua Barroso e ocuparam posições certas de receber a rendição dos rebeldes. Em vez disso veio a ordem de fogo. O combate foi renhido e desigual. Entrincheirados por detrás do paredão que separava a praia do asfalto, os revolucionários respondiam a cada tiro da força com uma saraivada de balas. Mas, diante da superioridade numérica dos legalistas, começaram a tombar; os primeiros foram Pedro Ferreira de Melo, Octávio Correia e Mário Carpenter. Num último esforço, lutando como fanáticos, deslocaram-se alguns metros pela praia e bateram-se com tanto destemor que os governistas tiveram de ser reforçados para então contê-los à baioneta. Uma testemunha ocular, o jornalista Pedro Rocha assim narrou o episódio:

⁸ O fotógrafo da revista O Malho Zenóbio Couto fotografou o grupo com 18 pessoas, mas foram 19 porque Siqueira Campos havia se afastado para beber água no Hotel Londres (BIBLIEx, 1998, p. 88). O nome correto seria "Revolta dos 19 do Forte".

‘Que gente maluca! Fogo a vontade. As metralhadoras, em rajadas prolongadas, vasculharam o terreno, centímetro por centímetro. (...) Quantos minutos durou a fuzilaria? Ninguém mais se me- xia na areia. Cessar fogo! Estariam todos mortos? ‘Calar baioneta! Avançar, por lances!’ (...) Carre- gavam contra mortos e moribundos. (...) No punhado de homens que se sacrificara por um ideal, todos os espécimes da raça brasileira estavam representados. Brancos, pretos, mulatos. Todos ig- noravam a palavra medo. (...)’

A revolução foi dominada no RJ, inclusive em outras OM do EB na Vila Militar e em Niterói. Do Forte de Copacabana, sobreviveram Eduardo Gomes, ferido no fêmur, Siqueira Campos, com o ventre perfurado, Newton Prado, ferido no peito, Mario Tamarindo Carpenter, com vários ferimentos, e o Sd Manoel Ananias dos Santos. Newton Prado morreu no hospital. Carpenter, ainda hospitalizado, retirou as ataduras e procurou se evadir do local, mas acabou morrendo. Terminou assim a epopeia conhecida como a Revolução de 1922 no RJ e o episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana. Artur Bernardes, em 15 Nov 1922, assumiu a presidência da República sob estado de sítio, decretado por ocasião do levante de julho” (MUXFELDT; GIORGIS, 2022, p. 252 a 260).

Apesar de os objetivos não alcançados com o levante de 5 de julho de 1922, os militares que se insurgiram não apenas contra a eleição de Artur Bernardes, mas contra o sistema republicano e sua orga- nização naqueles anos 1920, inauguraram o movimento tenentista que teria repercussões diretas pelo menos até 1935.

Acima de tudo, aqueles eventos evidenciavam que não havia unidade nas Forças Armadas, muito menos um programa ou projeto definido de intervenção, seja nas questões econômicas, sociais ou até mesmo políticas contra as quais se insurgiram. Os membros da baixa oficialidade que protagonizaram a insurreição não agiam naquele momento em nome das classes médias ou operárias, mas, principalmente, em nome do próprio Exército enquanto instituição e na sua condição enquanto militares, precarizada pela estrutura oferecida à caserna ou ultrajada pelo poder político exercido pelos civis. Conforme Aragão (2012, p. 22): “Pegavam em armas para um desagravo à instituição e para a moralização da República, pois entendiam que, sem isso, estando o Exército subordinado ao poder civil, nada poderia ser feito”.

3 Conclusão

O Exército, desde a Proclamação da República no Brasil em 1889, passou a exercer um protagonismo institucional que foi determinante em diferentes períodos no decorrer do século XX, especialmente a partir da década de 1920.

Isso evidencia que a presença do militarismo nos destinos políticos do Brasil é uma marca registrada desde o século XIX, quando o país teve dois presidentes militares, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e ainda demonstrou amplitude no século XX com a eleição direta de Hermes da Fonseca.

Com as reformas pelas quais o Exército passou nas duas primeiras décadas do século XX surgiram novas concepções sobre qual deveria ser o modelo de formação dos oficiais, mantendo-se uma mentalidade voltada para a perspectiva do soldado-cidadão, influenciada pela doutrina positivista e pelo bacharelismo do século XIX⁹, ou adotando uma nova postura, direcionado o ensino e a atuação militar para uma formação mais prática, técnica e menos engajada do ponto de vista político e social.

Com a criação da Escola Militar do Realengo, em 1913, estas duas perspectivas pareciam indicar o caminho para o modelo de formação dos oficiais e do Estado-Maior do Exército. Aos poucos, os militares foram se constituindo e se reconhecendo como um grupo que, apesar de não ser coeso e homogêneo, entendia que deveria ter uma participação mais ativa nos processos que decidiam os destinos políticos do país, mesmo com as diferentes interpretações sobre qual seria seu papel institucional.

As décadas de 1910 e 1920 provocaram transformações no Brasil, especialmente nos grandes

⁹ Fenômeno social onde se evidencia a predominância dos bacharéis de Direito na vida social, política e cultural brasileira.

centros urbanos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, que vivenciavam um incipiente processo de industrialização com o surgimento de novos atores sociais, como as camadas médias urbanas e a classe operária.

Essas mudanças passaram a expor as contradições do sistema republicano, especialmente no que se refere à organização do regime e o modo como era conduzido do ponto de vista político, baseado no poder das oligarquias rurais em um sistema que os perpetuava no poder através da política dos governadores e do coronelismo, avalista de um mecanismo com eleições fraudulentas.

Nesse contexto, entendemos que o movimento tenentista é a conjugação de uma série de fatores, devendo ser levado em consideração o protagonismo reivindicado e exercido pelos militares ao longo da República, não apenas do ponto de vista político, mas nas próprias condições de formação educacional e infraestrutura das Forças Armadas.

As transformações econômicas e sociais ao longo da década de 1910, com o surgimento de novos atores sociais, além da cisão no próprio corpo institucional do Exército, com o alto comando se posicionando ao lado dos presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, enquanto a baixa oficialidade representada nos “tenentes” vai se insurgir contra o regime.

A revolta no Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922 marca o início das ações rebeldes do movimento tenentista. E por mais que aqueles militares que se insurgiram contra o governo Epitácio Pessoa e a eleição de Artur Bernardes não tivessem ainda um programa bem definido ou um projeto acerca das mudanças que queriam para o país – agindo muito mais por uma ação de desgravo em relação à maneira desrespeitosa com que eram tratados pela elite civil que comandava a nação, especialmente a partir do episódio das cartas falsas –, fez com que naquele momento os jovens tenentes, capitães e outros oficiais dessem o primeiro passo em direção a uma crise política que duraria praticamente toda a década de 1920.

Mesmo com o fracasso de 1922 essa ideia de que os militares poderiam representar a única força capaz de frear os desmandos da estrutura de poder montada pela República continuou forte entre os membros da baixa oficialidade. Entediam que os militares representavam uma força regeneradora das instituições. O ano de 1924 trouxe não apenas novas insurreições dos “tenentes”, mas a construção de um movimento mais organizado e articulado que resistiria bem mais do que poucos dias e traria consequências significativas que levariam ao colapso do sistema republicano em 1930.

Por fim, a interferência militar nos governos brasileiros, ou até mesmo a efetiva intervenção, tem, como se quis demonstrar, raízes históricas. Ela se prende à ideia de que não pode pairar sobre o militar uma *capitis diminutio*, excluindo-o do exercício da cidadania no seu aspecto mais amplo. Aqui, o que se quer assinalar é que ela responde a uma tradição que tem como um dos pontos significativos a Revolta dos Dezoito do Forte e a onda que a ela se seguiu: o Tenentismo.

Referências

- ARAGÃO, Isabel. **Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- BARRETTO, Annibal. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.
- CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções Brasileiras**. 1º Volume. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- _____. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república**: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929). São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARCUSSO, Marcos Fernandes. **Profissionais ou rebeldes?**: a formação do oficial do Exército brasileiro na Primeira República (1889-1929). Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- MCCANN, Frank. **A Nação Armada**: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Tradução de Sílvio Rolim. Recife: Editora Guararapes, 1982.
- _____. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro (1889-1937). 1ª ED. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro (1889-1937). Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.
- MUXFELDT, Virgílio Ribeiro; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **O Exército Republicano**. Porto Alegre: Renascença, 2022.
- PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Editora: Brasiliense, 1991.
- _____. **Os Militares e a Reação Republicana**. As Origens do Tenentismo. São Paulo: Editora: Vozes, 1993.
- REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis**: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco, 2010.
- SILVA, Hélio. **1922**: sangue na areia de copacabana. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1992 – Sangue na areia de Copacabana**. 3 Edição. Porto Alegre: L&pm, 2004.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da república brasileira**: nasce a república (1888-1894). São Paulo: Editora Três, 1975.
- SCHWARCZ, Lilia. Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- TÁVORA, Juarez. **Juarez Távora**: uma vida e muitas lutas. Vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.



AINDA SOBRE A REVOLTA DOS 18 DO FORTE

MANOEL ANANIAS DOS SANTOS

Gen Ex Virgilio Ribeiro Muxfeldt

Manoel Ananias dos Santos nasceu no dia 1º de janeiro de 1901, no povoado de Jacaré, município de Propriá, estado de Sergipe. Como todo sertanejo nordestino, no dizer de Euclides da Cunha, era um forte. Sobrevivera até os 20 anos na mais absoluta miséria. Então, com a roupa do corpo, se tocou para a capital Aracaju, onde soube que o Exército estava recrutando voluntários para os quartéis do Rio de Janeiro. Alistou-se, e junto com uma centena de homens tão ou mais miseráveis que ele, foi embarcado no navio mercante Iris. Viajou 14 dias no porão, em condições para lá de precárias, com direito a um surto de sarna. Com algumas baixas, esse contingente de voluntários desembarcou em Niterói/RJ, sendo recolhido a um depósito imundo no bairro Fonseca. Isso em meados de outubro de 1921.

No dia seguinte ao desembarque, um grupo de oficiais do Rio de Janeiro chegou ao alojamento improvisado para escolher seus futuros soldados. O tenente Siqueira Campos, descrito mais tarde por Ananias como "...um tipo simpático e desempenado...", o selecionou. Ananias pediu que fossem com ele quatro amigos companheiros de viagem: Pedro Ferreira de Melo, José Joaquim da Costa, José Olímpio de Oliveira e Manoel Cardoso. O tenente concordou. Com os outros escolhidos, os voluntários foram para o Forte de Copacabana, onde ganharam teto, alimento, roupa, calçados, toalha, sabão, educação. E uma razão para viver. Os voluntários adaptaram-se rapidamente às exigências da vida castrense. O dia começava com natação, logo após a alvorada, antes do café da manhã, um luxo que poucos conheciam. A seguir as instruções de rotina do programa militar. E à noite, antes do toque de silêncio, ainda tinha a obrigatória Escola Regimental, onde aprendiam a ler, escrever e contar. Um ambiente sadio, querido. Lembra Ananias: "O Forte era uma família, toda a guarnição escolhida a dedo. Todos eram amigos, principalmente porque a nossa vida era isolada de outras guarnições". E continua lembrando - "Os tenentes Góis e Veloso instruíram os recrutas. O instrutor de infantaria era o tenente Delso. O capitão Euclides tratava todos os seus soldados com sisudez, pouco lhes falando".

Ananias foi treinado para ser Recolhedor de Estojos (C6) na torre dos canhões 190 mm. Contudo, em pouco tempo conquistou total confiança do tenente Siqueira Campos, que o levou para trabalhar no Cassino dos Oficiais. Lá, conta ele, presenciou por inúmeras vezes, no mês de junho e princípios de julho de 1922, o tenente Siqueira Campos receber oficiais amigos, altas horas da noite. Ficavam em conversas reservadas no Cassino. E recomendou-lhe o oficial: - "Boca de siri, 108. Você é soldado, não pode falar". Se 1921 havia sido um ano de redenção para Ananias, 1922 prometia ser melhor ainda. Oficializado como "o ordenança de Siqueira Campos", epíteto que o consagrou na história do Brasil, o seu futuro parecia promissor.

No Brasil poupado pela guerra que destruiu parte da Europa, beneficiado pela chegada de milhares de imigrantes europeus, altamente qualificados, comemorando os cem anos da Independência, com a República consolidada, Forças Armadas modernizadas, o horizonte parecia "risonho e franco" para seus habitantes. Mas a política...Padecia de instabilidade crônica. Havia previsão de eleições para presidente e vice-presidente da República, a serem realizadas em março, com posse dos eleitos em 15 de novembro. Não eram nenhum segredo as frequentes fraudes que ocorriam nas eleições brasileiras - o voto não era secreto - e, rotineiramente, venciam os candidatos apresentados, conjuntamente, pelo Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro. Contra essa rotina, surgiram em 1922 vários movimentos políticos e sociais. No campo político a Reação Republicana, formada por partidos regionais, se propôs a apresentar candidatos de fora do eixo São Paulo-Minas Gerais e no campo militar, a oficialidade jovem passou a discutir a conjuntura brasileira, com suas imensas desigualdades sociais, dando espaço para a política adentrar os quartéis. Realizadas as eleições, o governador de Minas Gerais, Artur Bernardes, o candidato dos partidos republicanos, foi declarado vencedor. Os políticos, relutantemente, aceitaram o resultado, mas no meio militar, onde Artur Bernardes era malvisto, acusado de enviar cartas a seus correligionários atacando o Exército, cresceu o movimento de contestação e germinou uma conspiração destinada a derrubar o presidente em exercício, Epiácio Pessoa e realizar novas eleições.

Os conspiradores, liderados pelo ex-presidente da República e presidente do Clube Militar Marechal Hermes da Fonseca, passaram a preparar um golpe de estado para depor o presidente que, acionando os mecanismos que tinha à disposição - os altos comandos militares, as polícias militar e civil - se preparou para abafar qualquer tentativa de rebelião. Os planos dos revoltosos previam que o Forte de Copacabana, comandado pelo capitão Euclides da Fonseca, filho do Marechal Hermes, desse início ao movimento, que contaria com a adesão de unidades da Vila Militar do Rio de Janeiro e da Escola Militar do Realengo.

O Forte de Copacabana, a joia da coroa do Exército, era dotado de quatro cúpulas que abrigavam seus canhões. A cúpula nº 1 abrigava dois canhões Krupp 305 mm com alcance máximo de 23 km; a nº 2 abrigava dois canhões Krupp 190mm, com alcance máximo de 19 km; as outras duas cúpulas eram armadas por um canhão de 75 mm cada, com alcance máximo de 7 km.

À uma hora da manhã de 5 de julho um canhão de 190 mm do Forte deu um disparo em direção à ilha de Cotunduba. Era o sinal para início da revolução. A esse disparo seguiu-se outro na mesma direção que caiu no mar. Um terceiro disparo atingiu a rocha da base do Forte da Vigia no Leme e um quarto foi dirigido contra o 3º RI na Praia Vermelha. Na manhã de 5 de julho foram efetuados disparos contra o Quartel-General do Exército em frente ao Campo de Santana, a Ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo, que abrigava parte das tropas legalistas. Entretanto, as tentativas de sublevar unidades da Vila Militar foram reprimidas por oficiais legalistas. A Escola Militar avançou sobre a Vila Militar, mas foi detida por efetivos muito superiores no corte do riacho Piraquara e foi obrigada a retrair, acabando por se render. Os oficiais da Escola de Aviação e da Escola de Aperfeiçoamento foram presos. O próprio Marechal Hermes também foi preso e conduzido ao Encouraçado Floriano.

Na tarde de 5 de julho a Fortaleza de Santa Cruz bombardeou o Forte, que revidou e, no fim do dia apenas o Forte de Copacabana resistia ao assédio das forças legalistas. Na manhã do dia 6, um navio da Marinha atacou o Forte, que revidou bombardeando a cidade com um canhão de 190mm, visando o Quartel-General, a ilha das Cobras, o Forte da Vigia e o Palácio do Catete. Esse último disparo encristou num morro em Botafogo, mas na realidade, a rebelião fracassara. O comandante do Forte, capitão Euclides, ao tentar parlamentar uma rendição honrosa, foi preso em Botafogo. Intimidado, pelo telefone, a se render, o tenente Siqueira Campos, que havia assumido o comando, decidiu lutar de peito aberto até o fim. Para tanto liberou, os que assim o desejassem, a abandonar o Forte. Assim, dos estimados 300 revolucionários iniciais, restaram 28 homens. Siqueira Campos os reuniu, dividiu a bandeira nacional que até então tremulava no Forte em 29 pedaços (um pedaço seria para o capitão Euclides) e os distribuiu aos combatentes. Os fiéis a Siqueira Campos saíram do Forte às três horas da tarde do dia 6 de julho, marchando ao encontro das tropas legais. Logo no início da caminhada, o grupo reduziu-se a 17 combatentes que, com a adesão do civil Otávio Correia, deu origem à Epopeia dos 18 do Forte. Prosseguindo com muita calma os revoltosos percorreram várias quadras da Avenida Copacabana até se depararem com a vanguarda legalista na rua Barroso, atual Siqueira Campos, e três combatentes atravessaram a rua e desapareceram. Intimidados a se render, os revoltosos responderam atirando, saltando para a areia da praia e entrincheiraram-se no paredão da calçada. Por mais de uma hora, o pequeno grupo - 10 militares e um civil - conseguiu a proeza de sustentar a decidida pressão dos legalistas. Como não eram 15? Bem, quatro revoltosos confessaram que não deram um só tiro nesse entrevero. Os soldados Benedito José do Nascimento e Heitor Ventura da Silva entocaram-se em um buraco e ali permaneceram passivos até o fim do tiroteio, entregando-se ilesos aos governistas. O soldado Francisco Ribeiro de Freitas e o voluntário Lourival Moreira da Silva aproveitaram-se da confusão no início do tiroteio, largaram os fuzis e afastaram-se da Avenida. Foram logo presos pelos governistas: o primeiro, na rua Nossa Senhora de Copacabana; o outro, na rua Paula Freitas.

Após uma hora de combate os tiros dos revolucionários foram ficando cada vez mais espaçados, até que a munição acabou de vez. Aos gritos, pediram instruções a Siqueira Campos que, ferido, quase inconsciente, respondeu que tratassem de escapar. O voluntário Joaquim Maria Pereira Junior largou seu fuzil, correu para o mar e nadou até a colônia de pescadores vizinha ao Forte, onde foi acolhido e recebeu roupas secas. E voltou para o Forte. O soldado Ananias, gritou que não seria degolado pela Polícia Militar e finalizou: - "Por isso vou pular sozinho. Vem aí a polícia do Meier e a eles

não vou me entregar"! Largou o fuzil e atravessou correndo a Avenida, esquivando-se, com a ginga que Deus lhe deu, das balas que zuniam ao seu redor. Invadiu o pátio de uma casa, onde haviam alguns calções de banho secando em um varal. Despiu a farda, vestiu um dos calções e tomou a direção do Túnel Novo. Lá, foi detido por uma patrulha do 3º RI, a qual enrolou com uma conversa que tinha vindo dar uns mergulhos na praia, mas não conseguiu, porque "...tinha uns soldados brigando". A patrulha mandou-o sumir, ..."porque estava havendo uma revolução". Pelas cinco da tarde, chegou à residência de um sargento seu amigo, em Botafogo. Conseguiu roupas civis - muito esquisitas, por sinal - e continuou a fuga. Foi preso no dia seguinte, na estação de trem de Olaria, exatamente em razão da esquisitice dessa roupa.

Manoel Ananias dos Santo após capturado, passou 30 dias preso incomunicável na casa de Correção do Rio de Janeiro. Corria o boato de que os revoltosos presos seriam fuzilados e por isso inicialmente negou qualquer participação na revolta. Foi então levado à presença do general Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, que o recebeu cordialmente, afirmando que admirava o seu heroísmo e que não precisava mais negar sua participação, pois uma anistia estava em andamento. Apenas queria que ele contasse a verdade. Só então Ananias confirmou ter participado do tiroteio e surpreendeu-se com a notícia de que o tenente Siqueira Campos sobrevivera ao tiroteio. O general Fontoura encerrou a entrevista declarando que "...o Brasil precisa de mais gente dessa têmpera". Ajustadas as suas contas com a Justiça no Rio de Janeiro, não se sabe bem como, Ananias sumiu de cena. Foi tratar da sua vida, sem lamuriar da sorte nem reclamar do destino. É admirável que tenha se mantido silente sobre a sua participação em um dos mais memoráveis episódios da História do Brasil. Surpreendentemente, reapareceu em 1954, quando concedeu esclarecedora entrevista à revista *O Cruzeiro*, sobre a revolta do Forte de Copacabana, em 1922. Era então oficial reformado da Polícia Militar de Sergipe.

Além do soldado Ananias, sobreviveram ao tiroteio, gravemente feridos, os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos, que se recuperaram no hospital, o soldado João Anastácio Falcão de Melo, levemente ferido e o soldado Joaquim Maria Pereira Junior.



UM POUCO DA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Patriotas, Partidários e Discordantes

Pedro Bergo, do IGHMB

No início¹⁰ as coisas não correram bem para os pais fundadores dos Estados Unidos. Eleito primeiro presidente, George Washington¹¹ teve como vice, John Adams, que só conseguiu a metade dos votos (69 a 34) por pouca afinidade com ele, foi deixado à margem durante todo o governo. Já no fim do primeiro mandato, Washington, enfasiado com muitas críticas, pensou em não prosseguir, mas foi convencido, sobretudo, pelo seu secretário do tesouro, Alexander Hamilton, exercer a contragosto, um segundo mandato.

Em seguida, Adams foi eleito como segundo presidente por meros três votos de vantagem sobre seu vice (71 a 68), Thomas Jefferson, que empreendeu sua campanha contra o ex-amigo Adams. Por questões de divergências partidárias e acusações sujas de Jefferson, Adams rompeu a longa amizade, rompimento esse que perdurou por quase 12 anos. Além de pouco se falarem durante o mandato, Adams ainda viu seu vice não colaborar em quase nada com a sua administração.

¹⁰ Nota do Editor: 2ª metade do século XVIII.

¹¹ Mandato de 30 de abril de 1789 a 3 de março de 1797.

Então foi a vez de Jefferson ser eleito como terceiro presidente. Foi um caso inédito do vice disputar o cargo com o próprio presidente em exercício. Na contenda, Jefferson teve como vice Aaron Burr (73 a 73), um desafeto de Hamilton, que tinha por ele divergências pessoais e políticas. Como houve empate, um acordo secreto entre partidos, engendrado por Hamilton, permitiu o desempate a favor de Jefferson. Mais tarde, o vice desafiou o ex-secretário do tesouro para um duelo para lavar sua honra, o que resultou em um tiro mortal em seu adversário de 47 anos.

Aí veio o quarto presidente, James Madison, que depois dos ânimos aparentemente serenados, acabou por se envolver nas rusgas da guerra da Inglaterra com a França durante os tempos bicudos de Napoleão, acabando por decidir declarar guerra à Grã-Bretanha. Como consequência teve o dissabor de ver os ingleses invadirem a capital do país e botarem fogo no Capitólio e na Casa Branca.

Desde Washington à Madison haviam se passado quase três décadas de intriga política, ciúmes por relevância, muita discórdia e confusão (Pedro Bergo - junho de 2022).



Você sabia que...

As unidades de "Comandos" surgiram na 2ª Guerra dos Bôers na África do Sul em 1899/1902? Eram os Boer Commandos ou "Kommandos", unidades voluntárias de milícias e comandos organizada pelo Bôeres da África do Sul, que lutaram contra os ingleses no sistema de guerrilhas. O termo entrou em uso durante aquela Segunda Guerra dos Bôeres, de 1899-1902. Foi a primeira unidade de comandos criada. Fonte: Pretorius, F. (1990). Life on commando during the Anglo-Boer War, 1899-1902.



Acesse o novo texto do Cel Vogt OS JOVENS E O SERVIÇO MILITAR pelo www.escritorcfvogt.blogspot.com.br



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

Sites:

www.ahimtb.org.br e
www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/